A EXPLORAÇÃO DO CARVÃO MINERAL EM MOÇAMBIQUE, O CICLO DAS COMMODITIES E A CRISE DO TRABALHO

LA EXPLOTACIÓN DEL CARBÓN MINERAL EN MOZAMBIQUE, EL CICLO DE LAS COMMODITIES Y LA CRISIS DEL TRABAJO

THE EXPLOITATION OF MINERAL COAL IN MOZAMBIQUE, THE COMMODITIES CYCLE AND THE LABOR CRISIS

Viviane Alves Vieira

Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo.

E-mail: av.viviane@gmail.com

RESUMO

Esse artigo tem a finalidade de analisar o processo de modernização a partir da exploração de carvão mineral no distrito de Moatize, em Moçambique. A análise apresenta a relação entre Brasil e Moçambique que se estabelece principalmente a partir dos anos 2000 – no contexto do *boom* das *commoditie*s e de expansão do crédito financeiro –, apresenta os principais conglomerados que exploram a mercadoria no país africano e os impactos locais analisados sobretudo pela categoria trabalho. A pesquisa expõe como o desenvolvimento das técnicas produtivas possibilitaram um novo patamar de produtividade, gerando uma superprodução e ao mesmo tempo acentua o processo de expropriação de moradores locais e a crise do trabalho.

Palavras-chave: Mineração. Crise do trabalho. Brasil-Moçambique.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar el processo de modernización de la extracción de carbón em el distrito de Moatize, em Mozambique. El análisis presenta la relación entre Brasil y Mozambique que se estableció principalmente después de los años 2000 – em el contexto del bomm de las commodities y la expansión del crédito financeiro – presenta los principales conglomerados que exploran la mercadoria carbón em el país africano y los impactos locales, considerando sobre todo por la categoria de análisis trabajo. La investigación expone como el desarrollo de técnicas productivas permitió um nuevo nível de productividad, generando sobreproducción y al mismo tempo acentua el proceso de expropiación de los residentes locales y la crisis laboral.

Palabras-clave: Minería. Crisis laboral. Brasil-Mozambique

ABSTRACT

This article aims to analyze the modernization process from the mining of coal in the Moatize district in Mozambique. The analysis presentes the relationship between Brazil and Mozambique, established mainly from the 2000x – in the contexto of the commodity boom and the expansion of financial credit -, it presentes the main conglomerates that explore the commodity in the African country and the local impacts thought above all by the labor category. The research exposes how the development of productive techniques enabled a new level of productivy, generating overproduction and at the same time acentuares the processo f expropriation of local residentes and the labor crisis.

Keywords: Mining. Labor crisis. Brasil-Mozambique

INTRODUÇÃO

A expansão dos negócios da mineradora Vale S/A para Moçambique se deu num contexto em que um conjunto de atividades econômicas de empresas brasileiras se estenderam ao continente africano. A Vale S/A é uma das maiores multinacionais que explora minério no mundo e passou a extrair carvão mineral em Moçambique no ano de 2011 de um contrato firmado em 2006, após anos de tentativas de consolidação do negócio. No subsolo do país africano há tanto o carvão metalúrgico, que é utilizado na fabricação de aço, quanto o carvão térmico, utilizado nas termoelétricas.

Ao acompanharmos o histórico da empresa, constatamos um processo de expansão de suas atividades que ultrapassou as fronteiras brasileiras principalmente após sua privatização, ocorrida em 1997, quando houve a venda da estatal Companhia Vale do Rio Doce. Esse processo abriu a composição do capital da empresa e colocou suas ações no mercado internacional e deu início a expansão das fronteiras de atuação do conglomerado, colocando-o numa nova forma na reprodução capitalista que resultou em aumento da produtividade e no controle de fonte de matérias primas em diferentes países.

Em Moçambique, mais precisamente na Província de Tete e distrito de Moatize, está a maior reserva de carvão mineral não explorada do mundo, ainda que

seja uma mercadoria cuja extração vem desde o período colonial, no entanto, sob outra forma de produção. Foi durante o *boom das commodities* no início dos anos 2000 que a atividade econômica ganhou novos contornos com as empresas multinacionais.

Em torno da atividade de mineração se desenvolveram diversos setores econômicos, sobretudo na área da construção civil. Tanto as atividades das empreiteiras quanto da mineradora, tem como base o crédito financeiro sob a forma de investimento realizado por bancos. Com isso podemos afirmar que a expansão das atividades do conglomerado é também a expansão de linhas de crédito tanto para empresas quanto para o Estado moçambicano e consequentemente de dívidas, conforme iremos apresentar no artigo.

Somado a isso, a nova forma de produção com a modernização das técnicas produtivas vem alterando as relações de trabalho local. À medida que a produção requer trabalhadores especializados há uma exclusão de trabalhadores entendidos pelo sistema como não qualificados. Ao mesmo tempo a extração do carvão ocorre a céu aberto numa área em que anteriormente viviam muitas pessoas que dentre suas atividades rentáveis estava a agricultura. Com isso, o desenvolvimento técnico potencializa a expropriação desses sujeitos, ao mesmo tempo em que a modernização no setor os compreende como supérfluos e o resultado é o avanço do desemprego estrutural.

Assim, esse artigo propõe apresentar elementos em torno da concessão de terra para a extração de carvão em Moatize e as transformações nas relações de trabalho no setor de mineração, de modo que possamos analisar criticamente o processo de modernização e crise do trabalho, com base, entre outros autores, nas formulações do autor Robert Kurz.

BREVE HISTÓRICO DA EXPLORAÇÃO DE CARVÃO EM TETE – MOÇAMBIQUE

A exploração do carvão mineral pela mineradora Vale S/A em Moçambique ocorre na Província de Tete, no centro do país. Trata-se de uma área nodal em Moçambique próxima ao Malawi, Zâmbia e Zimbábue, na região do vale do rio

Zambeze. Essa é uma área bastante importante historicamente, com um dinâmico circuito regional de comércio que é registrado desde o período pré-colonial.

Durante o período colonial, a mercadoria carvão já era explorada no distrito de Moatize pela Companhia Carbonífera, empresa que estava sob a administração de Portugal, país que detinha apenas 10% do capital, pois o restante era capital belga da antiga *Societé Miniére et Géologique du Zambéze* (Hedges, 1999:1962). As atividades da Companhia iniciaram em 1947, quando Moçambique atravessava o auge da colonização (1930-1961), período do Estado Novo português. Naquele momento, a extração ocorria de forma subterrânea pelas mãos de sujeitos negros que, muitas das vezes, estavam na condição de trabalho explicitamente forçado, chamado *chibalo*. O trabalho na mineração naquele período é relatado como de grande desgaste físico, imponto memórias de muitos acidentes de trabalho causados por desmoronamentos, explosões nos circuitos de energia ou inundações com a elevação do nível do lençol freático.

Esses trabalhadores da Companhia Carbonífera foram inicialmente mobilizados e impulsionados pela Lei do Indigenato. Essa lei foi imposta pelo regime colonial e é bastante importante para compreendermos como era a coerção ao trabalho para a produção das mercadorias para a metrópole e como a metrópole expropriava esses sujeitos na colônia. A Lei do Indigenato obrigava o trabalho aos homens negros, chamados de indígenas pela colônia, na medida em que estava proibida a vadiagem (Cahen, 2015). Nesse sentido, o trabalho era uma obrigação moral que na prática se efetivava com a obrigação de pagamentos de tributos e a necessidade de comprovar trabalho assalariado. A fiscalização e cobrança dos tributos era feita por lideranças locais que haviam sido cooptadas pela administração colonial.[1]

Caso o tributo não fosse pago em dinheiro, esses sujeitos eram encaminhados a trabalhos forçados que poderiam ser na construção civil, monocultura ou, no caso que analisamos, a mineração. Ou seja, o regime colonial cobrava renda em

[1] Para maior compreensão do sistema de cobrança de tributos e a desestruturação da organização social que precede a Lei do Indigenato recomendamos a leitura de "Histórias de Moçambique, vol.2: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961" de David Hedges (1999). Sobre a cooptação de lideranças locais no período colonial, recomendamos fortemente o romance "Rainhas da Noite" de João Paulo Borges Coelho (2013)

dinheiro ou em trabalho[2] e ambas as situações mobilizaram trabalhadores para a Companhia Carbonífera. Há casos de homens que foram levados forçados para as minas com uso de violência extra econômica e há casos em que homens buscaram pelo trabalho assalariado, quando a violência do disciplinamento ao trabalho está obscurecida.

No segundo caso, a aparência é de que havia escolha do trabalho e com isso tanto esses trabalhadores quanto autores que consultamos não identificam necessariamente como essa forma de trabalho como obrigatório. Compreendemos que o processo faz a necessidade parecer um desejo, diferentemente do primeiro caso em que o trabalho é explicitamente forçado, mas os estudos mostram que não era uma escolha, visto que era uma obrigação o pagamento dos tributos, não havia a possibilidade de não trabalhar.

A imposição do trabalho promovida juridicamente fez com que os homens passassem a buscar pelo trabalho assalariado, retirando deles tempo em que anteriormente cumpriam outras atividades inclusive no ambiente doméstico. Constituiu-se assim uma nova organização social e divisão do trabalho, em que coube sobretudo às mulheres a responsabilidade com os cuidados domésticos, dos filhos e também das roças, chamadas em Moçambique de *machambas*, numa importante função de produzir alimentos e garantir a base da subsistência das famílias e da força de trabalho. Sendo assim, o trabalho assalariado e a produção de alimentos nas *machambas* eram complementares para a reprodução da unidade familiar.

Após a Libertação de Moçambique (1975) a Companhia Carbonífera foi nacionalizada e passou a se chamar Empresa Estatal Carbonífera de Moçambique (Carbomoc). Essa medida foi parte da política marxista-leninista que orientou o planejamento estatal para a formação do Estado Nacional do Moçambique independente. Nesse período, a exploração do carvão esteve no plano para a reestruturação do país e o trabalho nas minas subterrâneas continuaram, mas não mais

[2] Além do caso da renda em produto, como algodão, por exemplo. Na região centro e norte de Moçambique muitos eram obrigados a cultivar algodão que era vendido para a indústria têxtil em Portugal. Com o tempo, o regime colonial deixou de receber o produto em si e cobrava em dinheiro, o que fazia com que os trabalhadores devessem vender a mercadoria para então pagar o tributo. Analisamos a relação de cobrança de tributos e o processo de assalariamento a partir das formulações de K. Marx principalmente do capítulo "Gênese da renda fundiária capitalista" (livro 3 – tomo II, cap. XLVII).

realizado apenas por homens negros. Tanto mulheres do distrito quanto homens brancos, migrantes dos países de orientação socialista, também passaram a trabalhar nas minas subterrâneas. No entanto, poucos anos mais tarde as atividades da Carbomoc foram interrompidas em consequência principalmente da guerra que assolava o país, além da crise no contexto mundial.

A desaceleração da economia no fim dos anos 1980 e início da década de 1990 provocaram a diminuição no consumo da mercadoria carvão. Ao mesmo tempo o uso do carvão na produção de energia foi substituído em grande medida pelo petróleo e pelo gás natural. Somado a isso, o colapso da União Soviética e a guerra a qual Moçambique atravessou nas décadas anteriores, levou o Estado moçambicano a abrir-se ao capital externo. Nesse sentido, o país africano que até então seguia uma política marxista-leninista passou a seguir as diretrizes do Banco Mundial que o colocava na relação social do sistema mundial.

A abertura econômica de Moçambique expandiu possibilidades de crédito e deu condição para o retorno de empresas estrangeiras ao país africano. No entanto, as possibilidades de comércio de Moçambique com o mundo eram escassas, dada a pouca produtividade interna. Com isso, os recursos naturais passam a ser centrais nos negócios no país, principalmente a mineração. Dessa maneira, a exploração de carvão, que no período socialista foi compreendida por uma política centralizadora como um dos meios para a modernização do país pós Libertação, continuou a ser promessa de modernização do país pela via capitalista, mas agora com peso maior na economia.

A Vale S/A foi a primeira mineradora multinacional que iniciou a exploração em Moatize nesse novo momento e com o novo padrão de produtividade. O desenvolvimento das técnicas produtivas acelerou a produtividade da mercadoria e isso inclui tanto em termos de produção quanto circulação da mercadoria e com isso o avanço acelerado da área de extração. A empresa, cuja sede está no Brasil, tem a concessão de uma área de 23.780 hectares para extrair carvão mineral a céu aberto. Com isso provocou a remoção de 1365 famílias, consideradas enquanto famílias nucleares, ou seja, pais e filhos, que foram deslocadas para reassentamentos.

A entrada de multinacionais para explorar carvão em Moçambique ocorreu no mesmo período em que o consumo do carvão pelos EUA, China e Índia estavam em

ascensão. No caso desses últimos países é relevante apontarmos o aumento do consumo de carvão mineral com a expansão da indústria e centros urbanos sobretudo no início dos anos 2000. Esse é o período do *boom* das commodities.

RELAÇÃO BRASIL – MOÇAMBIQUE E O *BOOM* DAS COMMODITIES

Na primeira década dos anos 2000, durante o governo brasileiro liderado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve um projeto político de expansão dos negócios brasileiros para o continente africano. Tal projeto é muitas vezes analisado como uma relação de cooperação entre os países do sul global. No relatório publicado em 2011 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), intitulado *Ponte sobre o Atlântico: Brasil e África Subsaariana – Parceria Sul-Sul para o crescimento*, por exemplo, há uma apresentação desse projeto sob a ótica da Teoria da Dependência e, ao mesmo tempo em que aponta o continente africano como nova fronteira para parcerias e mercados, argumenta que a intensão do governo brasileiro em estender relações econômicas ao continente africano estaria no sentido de pagar uma dívida histórica. Tal política teria como fundamento a intenção de colocar uma alternativa para os países do Sul, para que pudessem sair da relação de explorados e dependentes dos países do Norte e com isso abrir uma nova ordem mundial.

Sob a mesma ótica, o grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) foi formado em meio à crise de 2008 e apresentado como uma alternativa diante da hegemonia dos países do norte, pois configurariam como países parceiros na transferência de tecnologia e capital, ou seja, países do sul em cooperação. Assim, romperiam com a relação de dependência dos países do norte e possibilitaria o crescimento econômico dos países do Sul.

Nesse contexto foi realizada a negociação de entrada da mineradora Vale S/A no país africano. Ainda que tenham outros projetos envolvidos no que constitui a relação entre Brasil e Moçambique, esse é, sem dúvida, o negócio de maior impacto daquele momento de aproximação entre os países, com um alto montante de dinheiro envolvido. Diferentemente de outras atividades que foram apontadas como de

"cooperação", os negócios da Vale S/A em Moçambique perduram até os dias atuais, mesmo após a troca de governo de ambos países, de mudança de projeto político no que constitui as relações internacionais brasileiras e ainda que a crise econômica mundial tenha avançado.

O início dos anos 2000 foi marcado como o período dos megaprojetos em Moçambique. Dentre esses megaprojetos estão a mineração no centro do país, o projeto ProSavana com a produção de soja no norte[3] e mais recentemente o projeto de exploração de gás na bacia de Rovuma, também no norte. Além da mineradora Vale S/A, outras mineradoras obtiveram concessão de uso da terra por parte do Estado Moçambicano para exploração do carvão no distrito de Moatize, na província de Tete. A anglo-australiana Riversdale Mining Ltda obteve uma concessão num total de 127.900 hectares (Mosca & Selemane, 2011), numa área bastante próxima da área que a Vale S/A atua. A Riversdale foi comprada pela Rio Tinto em 2011, que por sua vez vendeu a concessão para o grupo indiano International Coal Ventures Private Limited (ICVL) poucos anos depois.

A terceira grande mineradora que explora atualmente em Moatize é a indiana Jindal Steel and Power Limited que iniciou a exploração no distrito em 2012. Além dessas que formam 3 grandes consórcios a explorar no distrito, há outras menos expressivas: Minas Moatize Lda (pertence e é operada pela Beacon Hill Resources), Midwest África Lda (empresa com sede na Índia) e Minas Revuboe (sede em Moçambique, mas tem participação da chinesa Nippon Steel e a Posco Australiana participa como *joint venture* no projeto).

No quadro seguir podemos visualizar esse breve histórico de concessões para as principais mineradoras no distrito de Moatize:

[3] Esse programa tem como objetivo a produção de monocultura para exportação: a soja e está num contexto em que organizações internacionais apontam a necessidade de modernização no setor agrícola no continente africano e apresentam como proposta transformações no setor conforme o modelo da revolução verde dos anos 1970 (Kato, 2019: 240).

Quadro 01 -Histórico de mineradoras em Moatize entre 2006 e 2015

2006	Vale S/A (sede no Brasil) obtém a concessão da área para exploração de carvão.
2009	Riversdale Mining Ltda (anglo-australiana) obtém a concessão da área para exploração de carvão.
2010	Jindal Steel and Power Limited (grupo indiano) obtém a concessão da área para exploração de carvão.
2011	Vale S/A inicia a extração do carvão mineral em Moatize; Rio Tinto (grupo anglo-australiano) compra ações da Riversdale Mining Ltda.
2012	Jindal Steel and Power Limited inicia a extração do carvão mineral.
2013	Minas Moatize Lda obtém a concessão da área para exploração de carvão; Midwest África Lda obtém a concessão da área para exploração de carvão.
2014	Rio Tinto vende ativos (minas de carvão de Benga) para ICVL (grupo chinês); Vale S/A vende 15% da Vale Moçambique para Mitsui.

Em Moçambique a terra pertence ao Estado, não podendo ser vendida, alienada nem hipotecada. Com isso, o uso da terra para mineração é feito por meio de concessões. Essa é uma herança do período pós colonial em que, sob a política de orientação marxista leninista, além de o governo ter nacionalizado empresas, declarou que a terra pertence ao Estado, legislação vigente até os dias atuais. A lei de terras a que nos referimos é de 1977 e, naquele momento, dava prioridade de acesso à terra ao partido político que liderou a luta pela libertação e está no governo até os dias atuais: a FRELIMO. No entanto, tal legislação foi alterada e, com a Lei de Minas de 2002, a

mineração passou a ser prioridade para o uso do solo[4]. Tais mudanças são bastante significativas, pois estão no contexto de crise e mudança de projeto político. Num primeiro momento, ainda que houvesse a mineração em Tete realizada pela Carbomoc, o projeto de modernização era voltado para o campo com as cooperativas agrícolas em diferentes partes do país, sob gestão do Estado socialista. Após a abertura econômica do país, como dissemos anteriormente, são os recursos naturais entendidos como meio para modernização e a mineração é considerada como um megaprojeto.

Para expor a complexidade das relações em torno da mineração em Moçambique e rompermos definitivamente com a ideia de que tais negócios possam estar relacionados ao que venha a ser cooperação ou qualquer aproximação com a ideia de que essa seja uma relação benevolente entre os países do Sul, gostaríamos de jogar luz às relações que estão em torno da atividade mineira. A entrada das mineradoras em Moçambique foi também a entrada de empresas de diversos setores, cujas atividades estão em torno da mineração e por isso são como empresas satélites (Rossi, 2015). Tais empresas são da área de engenharia e construção civil, além de consultorias ambientais que realizaram estudos de prospecção, impacto ambiental e social, além do plano de reassentamento.

No caso da Vale S/A, muitas dessas empresas satélites tem sede no Brasil. Destacamos as empresas Odebrecht, Camargo Correa e Andrade Gutierrez que realizaram a construção e/ou adaptação de infraestrutura para diferentes etapas do processo produtivo, como a construção das minas, expansão da ferrovia, construção do porto e aeroporto em Nacala e a construção dos reassentamentos para onde foram encaminhadas as famílias que viviam na área que o Estado moçambicano concedeu à mineradora.

Com isso, os Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) que foram construídos por trabalhadores negros e na condição de trabalho explicitamente forçado durante o período colonial, passaram por um processo de modernização para atender a nova demanda cujo processo de produção é realizado com as máquinas mais modernas

[4] Essa prioridade foi novamente alterada em 2014, quando a mineração deixou de ser prioridade. No entanto, conforme podemos analisar pelo histórico no quadro que apresentamos, os contratos com as mineradoras foram celebrados antes dessa data.

do setor. Assim, a linha férrea foi redirecionada, não mais conectando Moatize ao porto da Beira, mas sim passou a conectar Moatize ao porto de Nacala que está ao norte de Moçambique. Trata-se de um porto de águas profundas, ou seja, com grande porte e adequado para o escoamento da mercadoria carvão nas condições atuais de produção e atende tanto o megaprojeto da mineração no centro do país, quanto os megaprojetos do norte de Moçambique. Esse trecho da nova linha férrea até o porto de Nacala é chamado de corredor de Nacala[5].

A modernização da infraestrutura em Moçambique aparece como necessária para atender a demanda no novo patamar de produtividade no setor mineiro e como parte do projeto de modernização do país. No entanto, chamamos atenção para o fato da expansão dessa infraestrutura ser uma oportunidade de circulação de capital por meio de empréstimos. Com isso, essa infraestrutura que conecta lugares reais para a circulação de mercadorias, está atravessada por relações que não necessariamente aparecem nos contratos firmados com as mineradoras. No caso das empresas que realizaram projetos com e para a Vale S/A, as obras foram financiadas principalmente pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Rossi, 2015).

Como resultado em grande medida dessas relações, os pesquisadores moçambicanos Massarongo e Chichava (2018) apontaram o quanto a dívida pública moçambicana cresceu a partir de 2006, intensificada principalmente a partir de 2011 quando atingiu cerca de 76% do PIB. De acordo com os pesquisadores, os empréstimos realizados para o Estado moçambicano foram possíveis após o alívio da dívida pelo FMI (Iniciativa de alívio da dívida multilateral – MDRI) que entrou em vigor em 2006 e liberou crédito ao país africano. Já no caso de empréstimos cuja origem são bancos brasileiros, apontamos que foi necessário reaver uma dívida que o país africano mantinha junto ao Estado brasileiro.

[5] Para a pesquisadora Kato (2019: 232) o corredor de Nacala é um corredor logístico que coloca a fronteira agrícola em movimento, por conectar novos territórios aos mercados globais. Além disso, a pesquisadora apresenta o corredor de Nacala como um Corredor Econômico que centraliza dinâmicas comerciais no norte do país e por isso argumenta que é a "grande força motriz dos processos de *land grabbing"* pela dimensão política e pela capacidade de articulação em investimentos em torno dessa infraestrutura (Kato: 2019: 248). Por vezes esse mesmo fenômeno é chamado de "estrangeirização de terras". No que tange esse debate, nossa tendência volta-se às narrativas de crise em que a expansão da apropriação mundial de terras é pensada pela ideia do ajuste espacial formulada pelo geógrafo David Harvey, no entanto, mais do que ser solução para crise, a expansão da acumulação e reestruturação territorial é causa e aprofunda a crise que é imanente do capital (Boechat, Pitta e Toledo. 2017).

Essa dívida foi contraída nos anos de 1970, quando o Brasil vivia o regime militar e Moçambique regime socialista. Naquele período, o Estado brasileiro planejava aumentar a exportação de mercadorias produzidas no Brasil e com isso concedeu crédito à Moçambique para que comprassem as mercadorias produzidas no Brasil. Moçambique, que estava num processo de reestruturação após a Libertação, não pagou a dívida. Em 2000 o ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso propôs o perdão da dívida, mas apenas em 2004, quando Luiz Inácio Lula da Silva era presidente do Brasil e Joaquim Chissano de Moçambique, é que houve a renegociação da dívida (BANCO MUNDIAL & IPEA, 2011; Rossi, 2015: 90). Tal ação possibilitou legalmente que novos empréstimos pudessem ser realizados para Moçambique e assim colocar dinheiro em circulação.

Massarongo e Chichava (2018: 29) atribuem aos países que compõem o BRICS, principalmente ao Brasil, Índia e China, o maior peso da dívida moçambicana. Esses são países credores que levaram ao endividamento de Moçambique, cujos empréstimos tiveram como finalidade movimentar setores da economia principalmente na área de infraestrutura para transportes, energia, portos, comunicação. Considerando o crédito de origem brasileira, o destino foi predominantemente ao Corredor de Nacala e à barragem de Moamba Major (que seria construída pela Andrade Gutierrez), além de negócios na área de transporte urbano.

Não coincidentemente, os países credores são os países de origem das mineradoras que atuam em Moatize anteriormente citadas e além de serem credores e produtores do carvão, são também os principais compradores do carvão mineral produzido em Moçambique.

Sendo assim, ao analisarmos as relações do BRICS com Moçambique, ou seja, os países considerados do sul global, percebemos que estão de fato mais próximos, não necessariamente por meio dos Estados nacionais, mas sim pelas empresas transnacionais e bancos, relação em que a mineração aparece como central, no entanto não constitui todo o processo em si. Argumentamos nesse sentido, pois além da produção do carvão, os negócios que envolvem a atividade são realizados por empréstimos cuja taxa de juro média do crédito foi praticamente o dobro da média da

taxa de juros contraído com outros credores, conforme apontou os pesquisadores Massarongo e Chichava (2018: 28), o que consequentemente colocou o país em dívidas.

Ressaltamos ainda que a expansão das atividades do setor mineiro em Moçambique não se deu de forma linear e não esteve ilesa à própria crise de 2008 que iniciou nos Estados Unidos e atingiu outros países de forma sistemática. Com isso, ao voltarmos ao período que destacamos em Moçambique, percebemos que houve compra e venda de ativos entre as mineradoras após já estarem em Moçambique num processo de transferências de dívidas das mineradoras. Assim, em poucos anos após o início das atividades nesse novo patamar de produtividade, houve também a retomada dos ativos pelos países centrais como Japão e Inglaterra, por exemplo, em detrimento aos países do BRICS o que mostra que em momentos de crise, os países centrais retomam o controle.

De qualquer forma e apesar das dívidas, o carvão mineral é atualmente a mercadoria de maior exportação de Moçambique, isso significa que é a mercadoria que representa a maior fonte de divisas para o Estado moçambicano, o que explica em grande medida a importância desses negócios para o país africano.

A MODERNIZAÇÃO DAS TÉCNICAS PRODUTIVAS E OS SUPÉRFLUOS AO SISTEMA

A concessão do uso da terra para multinacionais é um novo momento de conflito no campo em Moçambique. No caso da mineração, a extração de carvão a céu aberto impossibilita a continuidade de qualquer outra prática no mesmo lugar. Pela legislação moçambicana, o acesso à terra para os moradores é oficialmente regularizado por meio de um Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT).

> O direito de uso e aproveitamento da terra é adquirido por: ocupação por pessoas singulares e pelas comunidades locais, segundo as normas e práticas costumeiras no que não contrariem a constituição. A comprovação do direito de uso e aproveitamento da terra pode ser feito por prova testemunhal apresentada por membros, homens e mulheres, das comunidades locais (Negrão, 2000, p. 3).

Estamos nos referindo a um país em que os aparelhos do Estado nem sempre estão presentes principalmente fora dos espaços urbanos, onde as instituições estatais e ordem jurídica nem sempre foram instaladas e com isso as relações locais organizam os sujeitos. No entanto, a chegada das multinacionais é também momento de repor a ordem jurídica da forma capitalista, colocada em prática pelo Estado. E a Província de Tete, mais especificamente Moatize tomou novo protagonismo quando a exploração de carvão passou a ser um projeto para modernização.

Com isso moradores da área em que foi concedida à Vale S/A, por exemplo, não reconhecem que tinham essa titularidade, o DUAT, mas afirmam que aquela terra era deles e de seus antepassados, elencando inúmeras práticas realizadas no lugar como testemunho de um histórico, de vínculos e de necessidades que envolvem o acesso à terra. No entanto, mesmo que esses sujeitos tivessem o DUAT, o Estado poderia retirá-lo.

Ao conceder a área para exploração mineral, o Estado moçambicano retirou o uso da terra para centenas de famílias que foram reassentadas. Atualmente a área de concessão da Vale S/A encontra-se cercada e há segurança privada que faz a fiscalização para que moradores não entrem na área. Essas famílias que foram removidas tinham a agricultura como uma atividade importante para o sustento e geração de renda e não apenas a agricultura, como também outras práticas foram interrompidas, dentre elas a fabricação de móveis com madeiras daquela área, atividades de olaria, coleta de água, o uso de ervas medicinais, além de rituais sagrados que fazem parte da cosmovisão daqueles sujeitos.

Da área em que foi concedida à mineradora Vale S/A foram removidas mais de 1500 famílias e encaminhadas para reassentamentos. Essas famílias são contabilizadas pela forma de famílias nucleares, ou seja, em que a família é constituída pelos pais e filhos. Essa é uma definição que se distingue da mais usual em Moçambique, pois na prática cotidiana são considerados outros membros da família, como tios, avós, ou seja, nas práticas tanto simbólicas quanto de reprodução é considerada a família alargada. Com isso os reassentamentos dividiram famílias e não apenas em casas diferentes, como também entre os dois reassentamentos: Cateme e 25 de setembro.

Além de dividir membros de uma mesma família, houve um critério que tinha como base o tipo de trabalho desenvolvido anteriormente. Com isso, aqueles que tinham trabalhos na cidade foram direcionados ao reassentamento 25 de setembro pela maior proximidade com a cidade de Tete e com o centro do distrito de Moatize. Já aqueles que tinham a agricultura como sua atividade predominante, foram encaminhados para o reassentamento Cateme onde teriam área para desenvolver suas roças, ou seja, suas *machambas*.

No entanto, os moradores do reassentamentos 25 de setembro relataram que realizavam trabalhos na cidade bastante esporádicos e informais, pois o trabalho já era escasso e já estavam privados de muitas mercadorias, assim esses sujeitos também necessitavam de área para cultivo e criação de animais, pois essa era uma base da reprodução, ou seja, uma atividade complementar ao trabalho e relações comerciais que realizavam com moradores da cidade ou na própria cidade.

Tais separações geraram inúmeros desdobramentos. A produção e renda que antes era consumida pela família alargada foi desestruturada, a alimentação antes compartilhada, foi limitada à família nuclear. Atividades rentáveis não são mais possíveis de serem realizadas, pois não conseguem mais acessar a matéria prima e, principalmente os moradores de Cateme, estão distantes dos locais em que faziam comércios e onde circula dinheiro. Além disso, com a divisão entre os dois reassentamentos, muitos idosos ficaram distantes dos seus familiares e cuidadores. Entre outras situações e desestruturações.

Durante trabalho de campo nos reassentamentos, inúmeros problemas foram listados pelos moradores. São problemas nas estruturas das casas, falta de água potável, poluição do ar por estarem próximos à área de mineração, solo pedregoso e infértil, falta de alimentos, rupturas em suas dinâmicas sociais. São situações que geram problemas de saúde e retiram perspectivas futuras para esses sujeitos que sentem–se humilhados diante da situação a que foram colocados. Trata-se de uma situação em que não encontram possibilidade de acessar dinheiro e com isso mercadorias. Por isso, reivindicam por trabalho e reclamam pelo fato de a empresa não os contratarem, por mais que sintam-se aptos a trabalhar.

Ainda em pesquisa de campo foi narrado pelos moradores dos reassentamentos um longo histórico com a mineração. Eles são capazes de narrar as transformações nas relações de trabalho provocadas pela modernização das técnicas produtivas em que, num primeiro momento, eram eles que extraíam o carvão nas minas subterrâneas, o trabalho imediato, e por isso conhecem bem aquela área. No atual contexto, impressionam-se com o tamanho das máquinas que abrem o solo para extrair o mineral, numa quantidade bastante superior e mais rápida do que no outro momento.

Com isso esses trabalhadores deixaram de ser necessários no setor da mineração e atualmente estão à margem da produção de carvão, tornando-se não rentáveis, pois o trabalho tornou-se supérfluo com o avanço das técnicas. Assim a modernização das técnicas produtivas possibilita uma maior produção de mercadoria e em menor tempo, mas a produção é realizada cada vez com menos trabalho imediato. No caso analisado, significa dizer que a mercadoria carvão em si foi produzida com menos trabalho humano e com isso gera cada vez menos salário. Na totalidade da relação há, assim, uma desubstancialização do capital (Kurz), visto que a substância do capital é o trabalho.

Ao olharmos para a forma em que a produção de carvão atravessa a história desses sujeitos e as mudanças marcadas no tempo pela diferença geracional, inclusive dentro de uma mesma família, é possível notarmos o caráter histórico da produção de carvão em Moatize, expressa entre a formação da formalização do trabalho e a crise desse trabalho formal . Quando nos referimos à diferença geracional, gostaríamos de chamar atenção para dois momentos distintos de relações de trabalho na mineração no distrito, trabalho realizado principalmente pelos homens. Os homens mais velhos que vivem nos reassentamentos tem memórias do período em que a exploração do carvão era feita de forma subterrânea pela Companhia Carbonífera e pela Carbomoc.

O que eles narram sobre o processo de mobilização para o trabalho nas galerias, é consequência principalmente da Lei do Indigenato que nos referimos anteriormente nesse artigo. Essa forma jurídica racista do período colonial mobilizou homens de outras partes do país para trabalharem em Moatize para cumprirem com o trabalho explicitamente forçado, o *chibalo*, ou ainda trabalhadores que buscavam aquele trabalho para obter o salário e com isso pagar os tributos e não serem encaminhados

para o *chibalo*. O trabalho em si é narrado como árduo e perigoso. Muitos desses trabalhadores viviam em moradias coletivas, os *compounds*, e com o tempo foram estabelecendo relações naquele bairro. Com isso, esses homens mais velhos narram a formação dos bairros Chipanga e Mithethe, os bairros que foram removidos após a concessão para a mineradora Vale S/A.

Já os homens mais novos que vivem nos reassentamentos, contraditoriamente reivindicam por trabalho também na mineração. Dizemos contraditoriamente, pois o trabalho não tem como objetivo mais pagar tributos, mas trata-se da necessidade que o longo processo de expropriação desencadeou. No entanto, o próprio sistema que expropria e coloca o trabalho como necessário por ser a única forma de ter dinheiro e mercadoria, atualmente impõe exigências que na prática tornam-se barreiras que os excluem da própria relação capital-trabalho. Com a concorrência entre os tantos expropriados no mundo, os trabalhadores tornam-se cada vez mais especializados, por isso a empresa atualmente pode selecionar entre os candidatos e exige um mínimo de formação escolar/ técnica. No entanto, os ex trabalhadores e atuais moradores dos reassentamentos não tem. Com isso, ficam impossibilitados de ao menos concorrer às vagas de emprego.

Durante as atividades iniciais, os moradores do próprio distrito foram contratados, pois havia um acordo com o Estado. Eles trabalharam principalmente para a Odebrecht e Seta, empresas que realizaram obras iniciais inclusive a construção dos próprios reassentamentos. Esse período é lembrado como o tempo do dinheiro, pois o salário que obtinham pelo trabalho nas empresas circulava no próprio reassentamento e possibilitava atividades comerciais entre os moradores. No entanto, após 2 anos esses trabalhadores foram dispensados e não mais contratados.

É importante dizer que no período das concessões, além de o Estado moçambicano colocar a prioridade do uso da terra à mineração, flexibilizou a legislação para favorecer a entrada de empresas estrangeiras no país e também de trabalhadores especializados estrangeiros. Dado todo o contexto o que ocorre é que os trabalhadores da empresa são principalmente estrangeiros ou mesmo trabalhadores de origem de centro urbanos de Moçambique, como de Maputo ou Beira.

A memória dos antigos trabalhadores da Companhia Carbonífera e também da Carbomoc, é marcada pelo trabalho degradante a que foram submetidos, mas que a contradição em processo positiva a relação e faz com que seja lembrado como um período em que havia trabalho contrapondo-se ao contexto atual. Além disso, em consequência do vínculo empregatício que tiveram com as empresas, atualmente estão reformados, ou seja, estão aposentados e esse é um importante dinheiro que circula naquele lugar. Com isso, esses senhores que acompanharam as transformações no setor, questionam-se como viverão seus filhos quando forem idosos, pois sem trabalho hoje estarão sem aposentadoria futuramente. E não há trabalho.

Tal preocupação é parte da crise do trabalho que deflagra em Moatize e é intensificada à medida que avançam as concessões de terra para mineração que acentua o processo de expropriação. E diferentemente do contexto anterior, a atividade mineira expropria, mas não forma trabalho para os mesmos expropriados, pois já há o suficiente e ainda há máquinas.

Assim, a expansão da mineração em Moatize explicita a contradição do sistema capitalista, pois ao mesmo tempo em que a modernização das técnicas produtivas aumenta a produção, reduz o trabalho e é pelo trabalho que os sujeitos tem dinheiro para consumir mercadorias. Ou seja, ao mesmo tempo em que aumenta a circulação de dinheiro na totalidade da relação pelos bancos, empresas e dívidas geradas, no nível local não há trabalho, nem salário para sujeitos que dependem do dinheiro cada vez mais para reprodução social e consumo de mercadorias. Assim, a crise da terceira revolução industrial (Kurz, 2015), se expressa em Moatize com desemprego estrutural ao mesmo tempo em que expropria, resultado do desenvolvimento das forças produtivas que transforma o trabalho, que é a substância do capital, supérfluo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto nesse artigo, podemos concluir que por mais que as relações entre Brasil e Moçambique após os anos 2000 tenham sido por vezes

apresentada como uma relação de cooperação, a principal atividade desse período e que permanece até os dias atuais está na área da mineração com a empresa Vale S/A. Trata-se de um setor que compôs o *boom* das commodities e nesse período iniciou um novo momento da exploração de carvão mineral no distrito de Moatize, em Moçambique, com um novo patamar de produtividade.

Diferentes setores estão envolvidos nessa atividade econômica, com isso é difícil analisar a mineração considerando a mercadoria carvão em si, mas há uma estrutura em torno que também compõe a produção como um todo, da área da construção civil, cujas atividades são financiadas por bancos que apostam no pagamento futuro e com juros e o processo de modernização das técnicas produtivas. Ou seja, a totalidade do processo envolve o mercado de terras, trabalho e capital e tem particularidades que, nesse caso, analisamos a partir do histórico de Moatize.

A partir desses negócios, o Estado moçambicano contraiu enorme dívida, no entanto, o carvão é responsável por grande entrada de divisas no país, pois é a mercadoria de maior produção e exportação no país africano.

A relação concorrencial entre os conglomerados do setor, impõe a necessidade do desenvolvimento das técnicas produtivas que acelerou a extração do carvão, pois as máquinas permitem um volume maior de extração num menor tempo, resultando numa super produtividade da mercadoria. Com a extração à céu aberto, a aceleração do processo de expropriação está posta e ao mesmo tempo em que expropria a terra de quem dela depende para fazer roça e obter matéria prima para outras atividades, não considera esses mesmos expropriados como potenciais trabalhadores para a empresa o que expõe a contradição do processo de modernização. As máquinas mais modernas do setor são comandadas por quem detém a técnica de controle e, num mundo de expropriados e em grande concorrência, são muitos sujeitos especializados precisando vender sua força de trabalho.

Essa contradição do sistema pôde ser apresentada pela particularidade dos moradores dos dois reassentamentos provocados pela mineradora Vale S/A e por duas gerações: os homens mais velhos que são ex trabalhadores da Companhia Carbonífera e Carbomoc, que foram mobilizados ao trabalho principalmente em consequência da Lei do Indigenato, do período colonial. Já os mais jovens nos reassentamentos não

encontram o trabalho ao mesmo tempo há necessidade de vender a força de trabalho. Com isso o processo de mineração no distrito envolve tanto a formação do trabalho quanto a expulsão do trabalho na produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL; IPEA. **Ponte sobre o Atlântico:** Brasil e África Subsaariana - Parceria Sul-Sul para o crescimento. Brasília, 2011.

BOECHAT, Cássio A., PITTA, Fábio T. e TOLEDO, Carlos de A. **Land grabbing e crise do capital:** possíveis intersecções dos debates. Rio de Janeiro: Revista GEOgraphia, UFF, v.19, nº 40, 2017.

CAHEN, Michel. **Seis teses sobre o trabalho forçado no império português continental em África**. Revista USP, 2015.

COELHO, João Paulo Borges. **Rainhas da Noite**. Maputo: Ndjira, 2013.

HEDGES, David. **História de Moçambique, vol. 2:** Moçambique no auge do colonialismo, 1930- 1961. Maputo: Livraria Universitária. 1999

KATO, Karina. Yoshie. **Traçando saída para o desenvolvimento:** o caso do corredor de Nacala em Moçambique. Revista Estudos, Sociedade e Agricultura. 2019.

KURZ, Robert. **Poder mundial e dinheiro mundial:** crônicas do capitalismo em declínio. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro 3. Tomo II. Cap. XLVII – Gênese da Renda Fundiária Capitalista. São Paulo: Nova Cultural (Série: Os economistas), 1986.

MASSARONGO, Fernanda; CHICHAVA, Sérgio. **Estrutura, Impacto e Significado da Dívida Pública Moçambicana com os BRICS (2006-2015)**. Cadernos de Estudos Africanos, nº 36. Lisboa, 2018.

MOSCA, João, & SELEMANE, Tomás. **El dorado Tete:** os mega projectos de mineração. Maputo: Centro de Integridade Pública (CIP), 2011.

NEGRÃO, José. **Sistemas costumeiros da terra em Moçambique**. In Santos, B. S; Trindade, C. (Coord.). Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique. Maputo/ Coimbra: CEA/ CES, 2000, p.1-43.

ROSSI, Amanda. **Moçambique:** o Brasil é aqui - Uma investigação sobre os negócios brasileiros na África. São Paulo: Record, 2015.

Recebido em janeiro de 2021.

Revisão realizada em maio de 2021.

Aceito para publicação em junho de 2021.